

Levantamento bibliográfico

Direito Emergencial do Trabalho

1. Direito Emergencial do Trabalho na Pandemia de COVID-19?

Referência: TAVEIRA, Ulisses de Miranda. **Direito Emergencial do Trabalho na Pandemia de COVID-19?** 2020. Disponível em: <https://ulissestaveira.jusbrasil.com.br/artigos/872436460/direito-emergencial-do-trabalho-na-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 31 mar. 2021.

2. Aplicação da Lei 14.020/20 ao regime de teletrabalho: uma análise sobre a redução salarial no contrato de emprego.

Referência: MACEDO, Maria Gabriela Lopes de. Aplicação da Lei 14.020/20 ao regime de teletrabalho: uma análise sobre a redução salarial no contrato de emprego. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 199-212, 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/182732>. Acesso em: 31 mar. 2021.

3. A pandemia do coronavírus e o direito do trabalho: análise das medidas que o direito do trabalho oferece para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Referência: SILVA, Paulo Renato Fernandes da. A pandemia do coronavírus e o direito do trabalho: análise das medidas que o direito do trabalho oferece para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. **Revista do TST**, São Paulo, v. 86, n. 2, p. 23-36, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/176150>. Acesso em: 31 mar. 2021.

4. MP trabalhista: possibilidade de redução proporcional da jornada de trabalho e de salário durante a calamidade pública causada pela covid-19.

Referência: QUEIROZ, Maurício Veloso. MP trabalhista: possibilidade de redução proporcional da jornada de trabalho e de salário durante a calamidade pública causada pela covid-19. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 24, n. 01, p. 231-237, jan. 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/181272>. Acesso em: 31 mar. 2021.

5. O programa emergencial de manutenção do emprego e da renda e as novidades decorrentes da nova lei.

Referência: VAZ, Francisco de Assis Brito. **O programa emergencial de manutenção do emprego e da renda e as novidades decorrentes da nova lei.** 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/331181/o-programa-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-da-renda-e-as-novidades-decorrentes-da-nova-lei>. Acesso em: 31 mar. 2021.

6. DIREITO do Trabalho Emergencial - Parte 1: MP 927/2020.

Referência: DIREITO do Trabalho Emergencial - Parte 1: MP 927/2020. Rio de Janeiro: Escola Judicial - Trt1, 2020. (103 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sMHwql5z7hY&t=2536s>. Acesso em: 31 mar. 2021.

7. DIREITO do Trabalho Emergencial - Parte 2: Lei 14.020/20, MPs 944 e 946/20, e Portaria n. 10.486/20.

Referência: DIREITO do Trabalho Emergencial - Parte 2: Lei 14.020/20, MPs 944 e 946/20, e Portaria n. 10.486/20. Rio de Janeiro: Escola Judicial - Trt1, 2020. (122 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A3ztRs6KuEk>. Acesso em: 31 mar. 2021.

8. Impacto da covid-19 no Direito do Trabalho - Análise das Medidas Provisórias 927, 928 e 936 de 2020.

Referência: FAGUNDES, Marina Aidar de Barros; BRANDÃO, Lilian Lucena; PAULA, Lucas Gentil de. **Impacto da covid-19 no Direito do Trabalho - Análise das Medidas Provisórias 927, 928 e 936 de 2020.** 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/323900/impacto-da-covid-19-no-direito-do-trabalho---analise-das-medidas-provisorias-927--928-e-936-de-2020>. Acesso em: 31 mar. 2021.

9. MP 936/20 e as Relações de trabalho.

Referência: DORSTER, André; DONEGÁ, Priscilla Carrieri. **MP 936/20 e as Relações de trabalho.** 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/323794/mp-936-20-e-as-relacoes-de-trabalho>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Assunto: Direito Emergencial do trabalho

Local de Pesquisa: JusLaboris, JusBrasil; Migalhas; Base de dados da COVID-19;

Termos de Busca: Direito emergencial do trabalho; Programa emergencial; Impactos da COVID-19; Direito do trabalho

Filtro: Artigos, artigo de periódico

Legislação

1. Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Referência: BRASIL. Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 07 fev. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

2. Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020.

Referência: BRASIL. Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13982&ano=2020&ato=e4fcXQ61EMZpWT2e6>. Acesso: 31 mar. 2021.

3. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.

Referência: BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=927&ano=2020&ato=615Azaq5EMZpWT390>. Acesso em: 31 mar. 2021.

4. Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020.

Referência: BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 01 abr. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=936&ano=2020&ato=1cfATQ65EMZpWT782>. Acesso em: 31 mar. 2021.

5. Medida Provisória nº 944, de 03 de abril de 2020.

Referência: BRASIL. Medida Provisória nº 944, de 03 de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=944&ano=2020&ato=8c5ETR65EMZpWTfab>. Acesso em: 31 mar. 2021.

6. Medida Provisória nº 945, de 04 de abril de 2020.

Referência: BRASIL. Medida Provisória nº 945, de 04 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 04 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv945.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

7. Medida Provisória nº 946, de 07 de abril de 2020.

Referência: BRASIL. Medida Provisória nº 946, de 07 de abril de 2020. Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=946&ano=2020&ato=a72MTR65EMZpWTe91>. Acesso em: 31 mar. 2021.

8. Medida Provisória nº 984, de 18 de junho de 2020.

Referência: BRASIL. Medida Provisória nº 984, de 18 de junho de 2020. Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=984&ano=2020&ato=e24Qza65EMZpWTe13>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Precisa de uma pesquisa sobre outra temática?

Encaminhe um e-mail com o assunto para a biblioteca e atenderemos sua solicitação. Nosso e-mail: biblioteca@trt7.jus.br